do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 23.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, a designação da técnica superior Susana Isabel Pereira Espada, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Comodidade Local, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

Nota curricular

Nome: Susana Isabel Pereira Espada
Data de nascimento: 30/01/1980
Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja.

Experiência Profissional:

Chefe de Divisão de Comodidade Local na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em regime de substituição, desde 20 de janeiro de 2014.

Chefe de Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de 08 de setembro de 2010 a 19 de janeiro de 2014;

Técnica Superior, na Câmara Municipal de Santiago do Cacém, de 14 de junho de 2004 a 07 de setembro de 2010;

2 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Álvaro dos Santos Beijinha*.

307958976

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Edital n.º 656/2014

Doutora Teresa Cristina Castanheira Almeida Sobrinho, Vereadora com competências delegadas da Câmara Municipal de São Pedro do Sul:

Torna público que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes Universitários foi aprovado, com as alterações propostas pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 10 de fevereiro de 2014, aprovadas pela referida Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 24 de abril de 2014, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de 28 de janeiro de 2014, o qual entra em vigor quinze dias após a sua publicação no “Diário da República”.

O referido Regulamento encontra-se disponível para consulta no site desta Câmara Municipal, em www.cm-spsul.pt e na Secção de Cultura, Desporto e Ação Social deste Município.

Para constar se lavrou este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais do costume.

23 de maio de 2014. — A Vereadora, *Teresa Sobrinho*.

307962255

MUNICÍPIO DE SOUSEL

Aviso n.º 8476/2014

Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana — Freguesias de Sousel e Cano

Dr. Armando Jorge Mendonça Varela, Presidente da Câmara Municipal de Sousel, torna público que a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 29 de junho de 2014, deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovar a delimitação das áreas de reabilitação urbana das freguesias de Sousel e Cano.

Mais se informa que, nos termos do n.º 4, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, os elementos que acompanham o projeto de delimitação das áreas de reabilitação, poderão ser consultados no sítio da internet da Câmara Municipal de Sousel (www.cm-sousel.pt) e no edifício dos Paços do Município no horário normal de expediente.

15 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Armando Jorge Mendonça Varela*.

207946841

MUNICÍPIO DE TOMAR

Aviso (extrato) n.º 8477/2014

Anabela Gaspar de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Tomar, torna público, nos termos da alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do artigo 56.º do mesmo diploma, que a Assembleia Municipal de Tomar aprovou, sob proposta da Câmara, na sua 3.ª sessão ordinária de 13 de junho de 2014, o Regulamento da Feira de Santa Iria e Feira das Passas.

Para constar se lavrou o presente aviso, que vai ser publicado no *Diário da República*, afixado nos lugares públicos do costume e ainda publicado no site da Câmara Municipal de Tomar em www.cm-tomar.pt.

16 de junho de 2014. — A Presidente da Câmara, *Anabela Freitas*.
307933216

MUNICÍPIO DE TRANCOSO

Aviso n.º 8478/2014

Licença sem remuneração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 22 de maio de 2014 e no uso da competência que me confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do disposto nos artigos 234.º e 235.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, concedi licença sem remuneração, por um período de 11 meses, a José Augusto Tenreiro, assistente operacional do Município de Trancoso, com contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas, com efeitos a partir de 1 de junho de 2014.

22 de maio de 2014. — O Presidente da Câmara, *Amílcar José Nunes Salvador*.

307941049

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 8479/2014

Abertura de Procedimento Concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

1 — Faz-se público que, de acordo com o despacho da Sra. Vereadora Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva de 19 de maio de 2014, no uso da competência delegada na área de Recursos Humanos, pelo Presidente da Câmara, proferida por despacho PR n.º 4-A/2013, datado de 15 de outubro de 2013, nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações das Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3-B/2010, de 28 de abril; 34/2010, de 2 de setembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro; 64-B/2011, de 30 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro e da alínea *a*) do artigo 3.º e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, despacho esse precedido de deliberação camarária de 16 de maio de 2014, que autorizou o recrutamento, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para contratação em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento do posto de trabalho correspondentes à carreira e categoria de:

1.1 — Técnico Superior — Engenharia do Ambiente — 1 posto de trabalho.

2 — Validade do procedimento concursal: o procedimento é válido para o posto de trabalho indicado e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

3 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal: Podem candidatar-se indivíduos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo pessoal em requalificação, que não se encontrem na situação prevista no ponto 4., que cumulativamente até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas satisfaçam os requisitos gerais e especiais, estipulados respetivamente no artigo 8.º e alínea *b*) do n.º 1 do artigo 44.º, da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, a seguir referidos: